

EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO: A ESCOLA DO PAIGC NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Aniele Fernandes de Sousa Leão
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Cabo Verde e Guiné Bissau são duas nações africanas que vivenciaram um longo período histórico sob o domínio colonial português, conquistando suas independências no século XX, através da luta revolucionária. O Partido Africano Para a Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde – PAIGC, que teve Amílcar Cabral como sua principal liderança, construiu um processo educativo que foi capaz de, em dez anos, formar mais quadros educativos do que os colonialistas portugueses em 500 anos. A educação, ao longo de toda a luta de libertação, é desenvolvida e incentivada como a arma necessária para se combater o jugo colonial e forjar uma nova sociedade. Nesse sentido, o presente trabalho teve o intuito de compreender as experiências educativas desenvolvidas pelo Partido, através do estudo de documentos históricos disponíveis no Arquivo Amílcar Cabral – Fundação Mário Soares.

Palavras-chave: Educação, PAIGC, Revolução.

ABSTRACT

Cape Verde and Guinea Bissau are two African nations that experienced a long historical period under Portuguese colonial rule, winning their independence in the 20th century through revolutionary struggle. The African Party for the Independence of Guinea Bissau and Cape Verde – PAIGC, which had Amílcar Cabral as its main leader, built an educational process that was able, in ten years, to train more educational staff than the Portuguese colonialists in 500 years. Education, throughout the entire liberation struggle, is developed and encouraged as the necessary weapon to combat the colonial yoke and forge a new society. In this sense, the present work aimed to understand the educational experiences developed by the Party, through the study of historical documents available in the Amílcar Cabral Archive – Fundação Mário Soares.

Keywords: Education, PAIGC, Revolution.

1. INTRODUÇÃO

Amílcar Cabral foi um revolucionário africano que buscou no marxismo a base necessária para a construção de um processo revolucionário visando às independências de Guiné Bissau e Cabo Verde. Para Cabral a luta revolucionária necessitava de um Partido forte e coeso que fosse capaz não apenas de conduzir as lutas pela libertação, mas que também se tornasse o responsável por formar as bases necessárias para a construção do novo homem e da nova mulher.

O PAIGC é criado, em 1956, e, tem como proposta a construção de uma “organização política das classes trabalhadoras¹”. A educação aparece nesse contexto como a arma necessária para a luta revolucionária, desempenhando o papel de mobilizar os povos, formar os membros do Partido, alfabetizar crianças e adultos e construir uma nova nação “forjada na luta”.

Amílcar dizia “Não queremos que ninguém mais explore o nosso povo, nem brancos e nem preto”, denunciando que as forças imperialistas contavam com apoio de grupos políticos locais e que essa compreensão era fundamental para se ter em mente que apenas a expulsão dos “tugas²” do território não seria suficiente para promover uma nação justa e igualitária.

Entre os anos de 1956 e 1959, o PAIGC esteve concentrado em ações nas cidades, buscando meios pacíficos de enfrentar as forças imperialistas. No ano de 1959, entretanto, ao organizar uma greve de trabalhadores do porto de Guiné, que reivindicavam por melhores condições de trabalho, o movimento foi recebido com muita violência.

O Massacre de Pidjiguiti, como ficou conhecido esse episódio, culminou com a morte de mais de 50 marinheiros e estivadores, além de centenas de feridos, levando ao PAIGC a “abandonar os seus métodos pacíficos em favor da luta armada”. (CANALE e BOAHEN, 2010, p. 222). Cabral considerou que diante da violência dos imperialistas o único recurso possível era a luta armada.

Cabral, sempre dizia em seus discursos que seu povo não gosta de guerra e nem de armas, mas que os imperialistas não haviam deixado escolhas para eles, por isso, a luta armada tornou-se uma necessidade. Ciente de que a luta pelo processo de independência deveria envolver todo o povo, viu no processo de formação das bases a principal arma para a derrubada do imperialismo.

¹ Estatuto do Partido Africano da Independência: 1956 – Artigo 02.

² “Tugas” era a forma como os guineenses e cabo-verdianos se referiam aos portugueses. Essa nomenclatura aparece em vários discursos, textos e cursos de formação empreendidos pelo PAIGC.

Nesse contexto o PAIGC é concebido como o instrumento necessário para a condução das lutas que seriam empreendidas pelas nações de Cabo Verde e Guiné Bissau contra o imperialismo. Cabral considerava que a luta do povo guineense e cabo-verdiano não terminaria com a independência e caberia ao Partido conduzir a construção de uma nova nação. Por isso o PAIGC deveria

(...) ter o papel fundamental de instrumento que estuda e toma as decisões relativas aos problemas de desenvolvimento da vida do nosso povo. O partido deve ter a ação fundamentalmente política, de orientação, enquanto que passo a passo vamos criando os instrumentos necessários para a execução da solução dos nossos problemas (...) satisfazer as aspirações, os sonhos, os desejos do nosso povo: ter uma vida digna, decente, como todos os povos do mundo desejam ter a paz para construir o progresso na sua terra, para construir a felicidade para os seus filhos. (CABRAL, 1978, p. 92).

O PAIGC era concebido como a força política necessária para se conduzir à revolução e promover uma vida digna ao povo. No primeiro Estatuto do PAIGC, elaborado em 1956, encontramos a definição de que o partido é uma organização política da classe trabalhadora e que sua função seria a de mobilizar, organizar e dirigir as massas populares para “liquidar o colonialismo português³”.

Cunha (2017) destaca que para Amílcar “as manifestações de resistência não pretendiam apenas destruir algo, mas também, simultaneamente, construir algo novo”. (p. 27). Dentro dessa perspectiva Amílcar Cabral fomentou não apenas o envio de homens e mulheres para estudar nas nações socialistas, mas também empreendeu um longo processo de formação de base dentro de Guiné e Cabo Verde.

2. A EDUCAÇÃO NO PAIGC

O Primeiro Congresso do PAIGC, realizado em Guiné-Bissau no ano de 1964, definiu a educação como prioridade do Partido e da luta revolucionária. Furtado (2005) destaca que a prática educativa pode ser observada já no ano seguinte, quando as áreas libertas passam a desenvolver um projeto educativo que visava não apenas alfabetizar a população, mas desenvolver na mentalidade dos povos a necessidade de se combater o colonialismo português e construir uma nova sociedade.

Amílcar Cabral (1978) defendia que o processo educativo do PAIGC deveria ser capaz de contrapor o sistema educativo promovido pelos portugueses, pois a educação

³ Estatuto do Partido Africano da Independência: 1956 – Artigo 05.

que se desejava promover em Guiné e Cabo Verde era uma educação libertadora. A educação para o Partido era desse modo um instrumento fundamental. Sem o envolvimento e formação do povo na luta não seria possível o sucesso da ação revolucionária.

Cabral empenhava-se para promover um processo educativo das bases, visitava os acampamentos, promovia discursos, produzia materiais didáticos, panfletos informativos⁴, entre outros. Nos informes do Partido sempre estava presente a orientação de que os companheiros que sabiam ler deveriam ler para os que não sabiam. Aprender sempre era uma palavra de ordem.

Os dados do sistema educacional revelam que Guiné Bissau e Cabo Verde apresentavam altos índices de analfabetismo, Tavares (2009) revela que antes da luta revolucionária essas taxas eram de 90% e 85%, respectivamente. Essa realidade passa a ser modificada ao longo da luta armada. Freire (1978) apresenta dados interessantes sobre a escola do PAIGC que nos permitem compreender a imensidão de ações desenvolvidas pelo Partido:

No ano letivo de 1971 – 1972 o PAIGC tinha nas zonas libertadas um total de 164 escolas, onde 258 professores ensinavam a 14.531 alunos [...]. Em 10 anos o PAIGC formou muito mais quadros que o colonialismo em 5 séculos [...] de 1963 a 1973, foram formados os seguintes quadros do PAIGC: 36 com o curso superior, 46 com o curso técnico médio, 241 com cursos profissionais e de especialização e 174 quadros políticos e sindicais. Em contrapartida, desde 1471 até 1961, apenas se formaram 14 guineenses com curso superior e 11 ao nível do ensino técnico. (FREIRE, 1978, p. 18).

Os dados do sistema educacional apresentados por Freire (1978) foram produzidos por Luiza Teotônio Pereira e Luiz Motta, em 1976, e, são fruto de um balanço avaliativo das conquistas registradas nos três anos que se sucederam ao processo de independência. Esses dados revelam que o PAIGC, em pouco tempo, foi capaz de modificar as experiências educativas dessas nações e promover um processo formativo que conseguiu superar, em apenas dez anos, as feitorias dos colonizadores que estavam na região há séculos.

⁴ Grande parte desses documentos encontram-se disponíveis no Arquivo Casa Comum que reúne mais de 12 mil itens de Amílcar Cabral e o PAIGC.

3. EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO POVO

Ao longo do processo de libertação são criadas várias escolas para formar os quadros da sociedade que o PAIGC almejava construir. As primeiras experiências educativas desenvolvidas pelo Partido ocorreram em Guiné Bissau e nos países vizinhos Guiné Conacri e Senegal.

A proposta educativa era desenvolvida em duas frentes. Uma centrada na formação dos militantes do Partido, e, a outra, destinava-se à alfabetização de crianças e adultos. Os militantes do Partido eram encaminhados para a Escola Piloto para aprimorar e desenvolver conhecimentos científicos, políticos, sociais e militares que pudessem colaborar com a luta de libertação. Era também na Escola Piloto que se produzia os materiais do Partido, tais como livros didáticos, cartilhas, informes, entre outros.

Nas Escolas Pilotos e áreas libertas, são criadas escolas para os filhos dos combatentes, que funcionavam em formato de internato. Segundo Cá (2000), nessas escolas os alunos participavam da gestão e eram responsáveis pela sua preservação material, visando a formação de pessoas críticas e autônomas.

Os números do PAIGC revelam que o Partido conseguiu mobilizar um número expressivo de guineenses em torno do processo educativo e da luta revolucionária. O Estatuto do PAIGC define que a luta deveria ser organizada em diferentes espaços da sociedade “tais como empresa, fábrica, mina, oficina, escritório, repartição pública, loja, ponta, granja, cais, navio, quartel, escola⁵.”

Os grupos deveriam ter, no mínimo, três membros do Partido, que eram responsáveis por promover ações de diálogo com o povo, fazer a divulgação do Partido, recrutar novos membros e transmitir à direção do Partido os problemas e reivindicações do povo.

Essa estratégia de organização permitiu que o Partido saltasse de 1000 efetivos, em 1961, para 30.000, em 1967. E, mais do que isso, foi a organização da base que garantiu as independências de Guiné Bissau, em 1974, e, Cabo Verde, em 1975. Amílcar Cabral não teve a chance de vivenciar essas independências. O guerrilheiro foi assassinado em 1973 em condições ainda hoje mal esclarecidas.

Com a morte do ideólogo da revolução o PAIG vai em busca de um intelectual que pudesse colaborar com as experiências em andamento e permitir uma ampliação das

⁵ Estatuto do Partido Africano da Independência: 1956 – Artigo 13.

ações de alfabetização de adultos. É nesse cenário que Freire recebi um convite do comissariado da educação e tem a oportunidade de vivenciar uma experiência educativa fruto de um processo revolucionário.

Freire (2011) argumenta que ao aceitar o convite seu intuito foi o de promover uma ajuda autêntica, compreendendo essa ajuda como uma prática em que os que nela se “envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar” (p. 17).

Ao ter conhecimento do legado deixado por Amílcar Cabral, Freire conclui que aquele era o “pedagogo da revolução”. As obras “Amílcar Cabral: o pedagogo da revolução”, “Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo” e “A África ensinando a gente Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe”, narram as experiências de Paulo Freire em África e nos ajudam a compreender o histórico do processo educativo desenvolvido pelo PAIGC.

Freire tornou-se um grande admirador de Amílcar e na contribuição à experiência educativa em Guiné tornou-se um sujeito ativo e vivente dessa experiência. Romão e Gadotti (2012) destacam que, ao considerar a práxis como uma interação entre teoria e prática, podemos perceber uma aproximação entre Cabral e Freire, pois ambos compreendiam que a educação deveria ser capaz de construir uma consciência social nos sujeitos. Freire (2011) salienta que após conhecer as experiências em andamento era possível observar:

[...] quer do ponto de vista das FARP, quer do Comissariado de Educação, a alfabetização era tomada como um ato político, em cujo processo os alfabetizando se engajam com a ajuda dos animadores – alfabetizados – enquanto militantes uns e outros, no aprendizado crítico de leitura e da escrita e não na memorização mecânica e alienante de sílabas, palavras e frases que lhes fossem doadas. Posição, de resto, em total coincidência com a nossa. Os seus problemas, pois, não se punham ao nível da visão correta do processo, mas ao nível de sua concretização. (FREIRE, 2011, p. 37).

As Forças Armadas Revolucionárias do Povo – FARP e o Comissariado de Educação eram intuições organizadas pelo PAIGC para conduzir os trabalhos de formação da sociedade revolucionária. Paulo Freire, através do Instituto de Ação Cultural – IDAC, tornou-se um consultor ativo dessa experiência, verificando que seus objetivos dialogavam com as demandas almejadas pelo Partido.

As experiências de alfabetização promovidas por Paulo Freire em Guiné Bissau não atingiram os objetos esperados. Paulo Freire (1985) não concordava que o processo

de alfabetização fosse conduzido a partir da língua do colonizador, pois para ele “usar a língua portuguesa como língua mediadora da formação político, ideológico, científica, e técnica [...] é um paradoxo. (p. 25)”.

A escolha do PAIGC pela língua portuguesa tinha o intuito de evitar atritos entre os diferentes grupos étnicos que compõem a sociedade. Em Guiné Bissau existem mais de 30 línguas diferentes e na época das lutas pela independência, nenhuma delas contava com uma gramática escrita. Cabral (1979) argumenta que:

[...] há camaradas que pensam que, para ensinar na nossa terra é fundamental ensinar em crioulo já. Então outros pensam que é melhor ensinar em fula, em mandinga, em balanta. Isso é muito agradável de ouvir, os balantas se ouvirem isso, ficam muito contentes, mas agora não é possível. Como é que vamos escrever em balanta agora? Quem é que sabe a fonética do balanta? Ainda não se sabe é preciso estudar primeiro, mesmo o crioulo. [...] o mundo avançou muito, nós não avançamos muito, tanto como o mundo e a nossa língua ficou ao nível daquele mundo a que chegámos, que nós vivemos, enquanto o tuga⁶, embora colonialista, vivendo na Europa, a sua língua avançou bastante mais do que a nossa, podendo exprimir verdades concretas, relativas, por exemplo, à ciência. Por exemplo, nós dizemos assim: a lua é um satélite natural da terra. Satélite natural, digam isso em balanta, digam em mancanha. É preciso falar muito até fazer compreender que um satélite é uma coisa que gira à volta de outra. (CABRAL, 1979, p. 102 e 104)

É certo que quando Cabral defendeu o processo de alfabetização em português ele não teve a oportunidade de desenvolver uma compreensão mais profunda sobre a linguagem e a cultura. Contudo, seus argumentos foram sólidos o suficiente para que, mesmo após sua morte, o PAIGC ainda tenha mantido a sua defesa do ensino em português.

Se para Amílcar o português seria uma estratégia para unificar uma nação tão diversa, para Freire essa escolha seria uma forma de perpetuar o domínio estrangeiro no território. O fato é que a experiência de Freire não foi capaz de alfabetizar uma nação em que o português não era uma realidade em todo território.

Paulo Freire compreende que esse insucesso é decorrente da escolha do português como língua oficial. Isso, contudo, não significa que suas experiências não tenham sido benéficas para o povo, pelo contrário, a passagem de Paulo Freire por Guiné Bissau foi crucial para o desenvolvimento do sistema educacional no país, permitindo que a formação das bases revolucionárias se mantivesse como uma importante ação do Partido. Além disso, a experiência de Freire em África e as obras que pode produzir a partir dessas

⁶ Tuga era a forma como os guineenses e cabo-verdianos se referiam aos portugueses. Essa nomenclatura aparece em vários discursos, textos e cursos de formação empreendidos pelo PAIGC

experiências nos permitem compreender melhor a organização das escolas revolucionárias, suas estratégias e principais desafios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação desenvolvida pelo PAIGC foi capaz mais do que alfabetizar o povo de Guiné e Cabo Verde, mas também de organizar as bases revolucionárias da nova sociedade que se almejava construir.

A escola do PAIGC expande-se por todas as áreas libertas e torna-se uma grande referência de sucesso para a luta revolucionária. A partir da análise da documentação investigada podemos perceber que o PAIGC desenvolve um grande esforço para construir uma escola que seja capaz de libertar as mentes colonizadas. Contudo, podemos observar que essa escola ao mesmo tempo em que se organiza de maneira revolucionária, também reproduz aspectos da escola tradicional.

A análise das provas escolares revela que as perguntas ali propostas buscavam enfatizar um processo de memorização de nomes e localidades, ao mesmo tempo em que os livros didáticos eram organizados através de palavras gerados. Essas contradições desenvolvidas no âmbito da escola podem ser compreendidas como integrantes das contradições que abarcam toda a sociedade. Não é possível romper com todos os aspectos da escola tradicional e se construir uma nova escola, pois as mudanças são frutos de processos de longa duração.

Concluimos que mesmo reproduzindo diferentes situações das escolas tradicionais, as escolas do PAIGC foram capazes de formar os sujeitos a partir dos princípios revolucionários e da coletividade. Ao gerir as escolas a partir da coletividade e dialogar sobre temas gerais da sociedade, o PAIGC manteve a escola como um importante espaço de formação humana, de forma plena, não se limitando apenas à conteúdos específicos como eram organizadas as escolas tradicionais. Assim, mesmo diante de uma diversidade de contradições, pode-se afirmar que a escola do PAIGC era uma escola revolucionária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da História ou O ofício do historiador. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

CÁ, Ocuni Lourenço. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné Bissau (1471-1973). Revista Online Professor Joel Martins, Campinas, SP, V. 2, n. I, out, 2000.

CABRAL, A. A Arma da Teoria. (Org.) Carlos Comitini, Rio de Janeiro, Editora Codecri, 1980.

CABRAL, A. Unidade e luta. [S.l.:s.n.], [1978]. Disponível em: <http://www.amilcabcabral.org/livro.pdf> Acesso em: 24 jun. 2019.

CABRAL, Amílcar, Pensar para melhor agir. As Intervenções de Amílcar Cabral no Seminário de Quadros do PAIGC, Praia, 2014.

CANALE, Jean Suret; BOAHEN, A. Adu. A África ocidental. In: In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. (Org): História Geral da África: África desde 1935. São Paulo, Editora Ática/Paris: UNESCO/MEC/UFSCar, 2010, vol. 8, p. 191 - 225.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel. A escrita da História. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2020.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. Contribuição da análise imanente à pesquisa de textos. Revista Eletrônica Arma da Crítica, Ano 1, número 1, Jan, 2009.

CUNHA, Paulo. Guiné-Bissau: uma nação africana forjada no cinema? Cinema e Território. Investigador integrado CEIS20, Coimbra, 2017.

FANDA, Juvinal Manuel. O processo de expansão da escolarização básica em Guiné Bissau (1990-2010) 124f 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS, 2013.

FATI, Calilo. Guiné-Bissau: A educação para a liberdade (1963-1973). Revista Café com Sociologia, v. 7, n.1, pp. 62-72, jan./abr., 2018.

FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau: registro de uma experiência em processo, 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HELDER, R. R. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar história e memória. *Escritos*: revista da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, 2007.

LE GOFF, Jacques. História e Memória; Tradução Bernardo Leitão, [et al] SP Editora: UNICAMP, 1990.

MARX, Karl. Prefácio de Para a Crítica da Economia Política. Berlin 1859. Fonte: Obras Escolhidas, em três tomos, Editorial Avate!. Tradução (do alemão): José BARATA-MOURA. Lisboa/Moscou: Editorial "Avante!"/Edições Progresso. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/1859.Prefacio-%C3%A0-cr%C3%ADtica-da-economia-pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em 04 jul. 2019.

NEVES, José. Marxismo, Anticolonialismo e Nacionalismo: Amílcar Cabral, a Imaginação a partir de Baixo. 4º Congresso Marx/Engels. Campinas: CEMARX/UNICAMP, 2005.

NKRUMAH, KWAME. A luta de classes em África. Cadernos livres nº 10. Livraria Sá de Costa Editora, Lisboa, 1976.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Metodologia Interativa: um processo hermenêutico dialético. Interfaces Brasil/Canadá, Porto Alegre, V 1, N. 1, 2001.

PEREIRA, Amílcar Araújo; VITTORIA, Paola. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50, p. 291-311, julho-dezembro, 2012.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes. Editora e Livraria Paulo Freire, São Paulo, 2012.

SOUSA, Julião Soares. Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano. Lisboa: Vega. 2011.

SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira de. As origens da ontologia do ser social: a questão do método. Trabalho e Educação. Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 143-155, jan-abr, 2015.

TAVARES, Ivo Adilson. A escola piloto do tempo da luta da libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde e filosofia educativa de Amílcar Cabral. 73f (Monografia) – Universidade Jean Piaget de Cabo Verde: Cidade da Praia, Santiago, 2009.

THIAM, Iba Der; MULIRA, James. A África e os países socialistas. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. (Org): História Geral da África: África desde 1935. São Paulo, Editora Ática/Paris: UNESCO/MEC/UFSCar, 2010, Vol. 8, p. 965-1001.